

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 532.347 - SP (2019/0269571-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ROBSON PURAS DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ROBSON PURAS DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício próprio e de próprio punho por ROBSON PURAS DA SILVA, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta da inicial que o impetrante/paciente foi condenado à pena de 2 anos, em regime inicial fechado, e que se encontra *desprovido da liberdade por motivos de força maior, a 1 ano e 6 meses* (fl. 1).

Requer, assim, a concessão da ordem para fazer cessar o constrangimento ilegal a que está submetido.

É o relatório. **Decido.**

Verifica-se que o *writ*, impetrado de próprio punho pelo paciente, não expressa as razões do apontado constrangimento ilegal, bem como não formula pedido certo, o que ensejaria, inclusive, o não conhecimento da impetração.

Entretanto, tendo em vista a ausência de defesa técnica, os autos devem ser remetidos primeiramente à Defensoria Pública, para que afaste eventual prejuízo na defesa do paciente, mediante a apresentação de razões e a formulação de pedido.

Ante o exposto, nesta oportunidade, **indefiro** a liminar.

Já prestadas as informações pertinentes pela autoridade apontada coatora (fls. 13/32), encaminhem-se os autos à Defensoria Pública,

Superior Tribunal de Justiça

para que adote as providências que entender cabíveis.

Por fim, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intime-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

